

b. Débitos referentes ao período de fevereiro de 2000 a abril de 2001, no valor de R\$ 18.589.681,72 atualizados até junho de 2002.

c. As competências de maio e junho de 2001 dos segurados e empregador, no valor de R\$ 2.066.334,11 atualizados para junho de 2002.

De acordo com o item cinco do referido Termo de Compromisso, a AGESPISA se compromete a ressarcir mensalmente ao Governo do Estado até o quinto dia útil, a contar da data do recebimento da cobrança feita pela Secretaria da Fazenda, (0,6 pontos percentuais) da sua parte debitada no FPE. O valor da dívida em 31 de dezembro de 2003 é de R\$ 118.848.058.

DEMONSTRATIVO DE DÉBITOS CONSOLIDADOS NO PAES EM 31/07/03 EM R\$.

ORIGEM	Nº Parcelas	PRINCIPAL	MULTAS	JUROS	TOTAL
INSS	180	17.671.819	986.024	4.029.341	22.687.184
PGFN	180	2.363.903	124.952	3.528.739	6.017.594
IRRF	180	7.783.983	787.398	3.890.722	12.552.103
PASEP	180	3.435.128	343.513	1.854.465	5.633.106
COFINS	180	12.746.396	1.274.640	6.067.870	20.088.906
FNDE	137	4.220.562	947.675	2.266.563	7.434.800
SALDO P/ O PAES		48.311.791	4.464.202	21.637.700	74.413.693

O saldo em 31 de dezembro de 2003 é o resultado da seguinte movimentação:

	R\$
Principal na data da adesão	74.413.693
Atualização – TJLP	3.457.474
Amortização	(327.663)
	77.543.504

11. EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTOS

	R\$			
	2003		2002	
	CIRCULANTE	L. PRAZO	CIRCULANTE	L. PRAZO
a) Caixa Econômica Federal – CEF	6.155.082	45.307.785	4.816.233	46.760.551
Contrato Nº 35.194-83	2.185.542	24.344.474	1.866.309	24.840.236
Contrato Nº 36.343-61	940.214	2.419.389	823.947	2.933.519
Contrato Nº 58.059-12	907.559	9.329.556	763.975	9.571.717
Contrato Nº 58.064-19	841.225	9.214.365	653.671	9.415.079
Juros Vencidos	1.280.542	0	708.331	0
b) Banco do Nordeste do Brasil S.A.	23.428.727	0	23.428.727	0
Contrato Nº 9700001601/001	11.293.354	0	11.293.354	0
Contrato Nº 9800000901/001	12.135.373	0	12.135.373	0
TOTA GERAL	29.583.809	45.307.785	28.244.960	46.760.551

a) Caixa Econômica Federal - CEF

Financiamentos destinados à execução de obras para conclusão do sistema de esgotamento sanitário do município de Teresina, desenvolvimento de ações em micromedição, sistema integrado de processamento e atendimento ao público – SIPSAP, cadastro de consumidores, faturamento e cobrança, ampliação do sistema de esgotamento sanitário do município de Teresina e ampliação dos sistemas integrados de abastecimento d'água dos municípios de Parnaíba e Luiz Correia.

Os vencimentos finais dar-se-ão em 09.11.2015, 09.02.2008, 09.03.2014 e 09.05.2014 respectivamente, incidindo encargos financeiros com atualizações monetárias de acordo com índices aplicáveis as contas vinculadas do FGTS e juros de 5% ao ano sobre o saldo devedor, pagáveis mensalmente. Como garantia foram fornecidos sob a forma de penhor industrial e hipoteca os bens componentes do sistema de abastecimento d'água de Teresina e arrecadação proveniente do pagamento de contas d'água, esgotos e serviços

b. Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Financiamentos destinados a complementar as necessidades de recursos financeiros da AGESPISA.

Os vencimentos finais foram em 20.12.2001, incidindo encargos financeiros com atualização monetária de acordo com a variação cambial e juros de 10% ao ano sobre o saldo devedor, pagáveis mensalmente. Como garantia foram oferecidas parte dos créditos efetuados na conta de depósito da Companhia mantida pela Caixa Econômica Federal – CEF, proveniente de recebimentos de contas de água e esgoto.

A empresa está questionando judicialmente a forma de correção desses empréstimos e não existe decisão judicial definitiva sobre a respectiva ação. Em função desse fato, os valores contabilizados não contemplam atualizações monetárias ocorridas no exercício de 2003.

c) Caixa Econômica Federal

Em 29 de outubro de 2003 foi efetuado um parcelamento junto à Caixa Econômica Federal – CEF referente ao FGTS dos empregados no período compreendido entre agosto de 1999 a setembro de 2003. Este parcelamento foi realizado em 180 parcelas mensais, vencendo-se a primeira na data da assinatura do contrato.

5. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A empresa com base na opinião de seus consultores legais, no que se refere a possibilidade de êxito em causas trabalhistas, entende que a provisão registrada no balanço é suficiente para cobrir possíveis perdas referentes aos processos. Com base

na atual legislação os registros contábeis e fiscais dos últimos 5 anos ficam a disposição para eventuais fiscalizações das autoridades fiscais, fato esse que na opinião da administração da empresa, caso seja concretizado, não produzirá fatos relevantes.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (AUXÍLIOS PARA OBRAS)

Representam recursos recebidos destinados a investimentos em obras e/ou serviços, aguardando apenas a formalização dos atos legais para a sua integralização ao capital.

7. CAPITAL

O capital social está composto de ações sem valor nominal, assim distribuído:

Ações	2003	2002
Ordinárias	106.537.853	106.537.853
Preferenciais	1.319.011	1.319.011
	107.856.864	107.856.864

As ações preferenciais têm direito a prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social. O Governo do Estado do Piauí participa com cerca de 98,13 % do capital social da Companhia.

8. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os lançamentos efetuados nesta conta foram originados em função de multas corrigidas de processos referentes a infrações de artigos da CLT de anos anteriores, inscritas na PGFN, bem como de sobretaxa de consumo de energia não informada pela CEPISA nas faturas pela mesma emitidas no exercício de 2001.

9. CONTINGÊNCIA

As declarações de rendimentos e demais encargos resultantes das operações da empresa estão sujeitos a exame por parte de autoridades fiscais dentro dos prazos prescricionais. A empresa mantém seguro sobre parte dos bens integrantes do seu ativo imobilizado.

10. PREJUÍZO POR AÇÃO

No exercício de 2003 a empresa apresentou um prejuízo por ação no montante de R\$ 0,42.

AURO PEREIRA DA COSTA
Diretor Presidente

EDILENE MARIA MOURA FACUNDES
Diretora Administrativa e Financeira

MARCOS VENICIUS MEDEIROS COSTA
Diretor de Produção e Comercialização

ODIMAR DA COSTA ALENCAR
Diretor Técnico e Expansão

LEONARDO CASTRO MASCARENHAS
Contador
CRC - PI - 004374/0-1

Aos

Conselheiros, Administradores e Acionistas da

Águas e Esgotos do Piauí S.A. – AGESPISA

Teresina - PI

PARECER DE AUDITORIA

1. Examinamos o balanço patrimonial da ÁGUA E ESGOTOS DO PIAUÍ S.A. – AGESPISA encerrado em 31 de dezembro de 2003 e as correspondentes demonstrações do resultado, da mutação do patrimônio líquido e das origens e aplicações dos recursos, referentes ao exercício findo nessa data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que requerem a realização dos exames com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação